

IMPORTÂNCIA DA TEMÁTICA INDÍGENA PARA A LICENCIATURA EM HISTÓRIA

RICARDO JOSÉ LIMA BEZERRA¹

Resumo

Neste texto, a partir de uma pesquisa bibliográfica e da consulta a alguns dispositivos legais, procuramos apresentar a importância da educação sobre as relações étnico-raciais, em especial o estudo da história e da cultura indígenas, para a formação de professores em Licenciatura em História. A partir de determinações legais, educacionais e culturais, procuramos caracterizar que o estudo desta temática contribui para a formação docente melhor qualificada para o enfrentamento de preconceitos e estereótipos na atuação docente em História na Educação Básica. Em seguida, propomos algumas contribuições educacionais a serem implementadas ou ampliadas nos cursos de Licenciatura em História como estratégia para melhorar a formação sobre o estudo e a prática docente nas temáticas étnico-raciais.

Palavras-chave: Licenciatura em História; Educação das relações étnico-raciais; História e cultura indígenas.

IMPORTANCE OF INDIGENOUS THEME IN THE TRAINING OF TEACHERS IN HISTORY

Abstract

In this text, based on a bibliographical research and consultation with some legal devices, we seek to present the importance of the education of ethnic-racial relations, especially the study of indigenous history and culture, for the training of teachers in History Degree. Based on legal, educational and cultural determinations, we seek to characterize that the study of this theme contributes to the best qualified teacher training for confronting prejudices and stereotypes in the teaching performance in History in Basic Education. Next, we propose some educational contributions to be implemented or expanded in the degree courses in History as strategies to improve training on study and teaching practice in ethnic-racial issues.

Keywords: Degree in History; Ethnic-racial relations education; Indigenous history and culture.

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Licenciado em História pela UFPE. Professor Adjunto da Licenciatura em História da Universidade de Pernambuco (UPE), *campus* Garanhuns; Professor Efetivo da Autarquia do Ensino Superior de Garanhuns – Faculdade de Direito de Garanhuns. Docente Permanente do Programa de Mestrado Profissional em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UPE.

IMPORTANCIA DE LA TEMÁTICA INDÍGENA EN LA FORMACIÓN DE PROFESORES EN HISTORIA

Resumen

En este texto, a partir de una investigación bibliográfica y de la consulta a algunos dispositivos legales, procuramos presentar la importancia de la Educación de las relaciones étnico-raciales, en especial el estudio de la historia y la cultura indígenas, para la formación de profesores en Licenciatura en Historia. A partir de determinaciones legales, educativas y culturales, procuramos caracterizar que el estudio de esta temática contribuye a la formación docente mejor calificada para el enfrentamiento de preconcepciones y estereotipos en la actuación docente en Historia en la Educación Básica. A continuación, proponemos algunas contribuciones educativas a ser implementadas o ampliadas en los cursos de Licenciatura en Historia como estrategias para mejorar la formación sobre el estudio y la práctica docente en las temáticas étnico-raciales.

Palabras claves: Licenciatura en Historia; Educación de las relaciones étnicas y raciales; Historia y cultura indígenas.

1 Considerações iniciais

A formação do professor de História para a Educação Básica, no Brasil, ocorre em universidades ou em faculdades integradas ou isoladas. As Instituições de Educação Superior (IES) procuram oferecer cursos de Licenciatura em História que visem à integralização de uma estrutura curricular determinada, na busca pela formação docente que atenda as demandas e necessidades da atuação docente em História, em especial, na Educação Básica.

Neste sentido, compreendendo que existem diferentes desafios à prática docente, a formação em Licenciatura em História depara-se, entre outras demandas, com o debate e as exigências teórico-metodológicas em torno da temática Educação para as Relações Étnico-Raciais e suas implicações formativas para o ensino de História nos espaços escolares. Como parte integrante dessa discussão, ressalta-se a dimensão do estudo dos diversos aspectos sociais, históricos e culturais das populações indígenas brasileiras que habitaram/habitam o território nacional, diante da necessidade premente em reconhecer que a formação histórico-nacional do nosso país é multiétnica e culturalmente complexa e diversificada.

A partir da análise de alguns dispositivos legais e da pesquisa em uma bibliografia pertinente, procuraremos apontar a seguir, algumas razões que justificam e esclarecem a necessidade de inserção do estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas brasileiros na Licenciatura em História. Analisar uma parte dos textos

legais relativas à defesa dos direitos dos povos indígenas para a construção deste texto – tanto artigos constitucionais, como legislação complementar sobre a educação brasileira – insere parte deste trabalho no domínio da pesquisa documental, uma vez que o uso de documentos

Permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social. Como ressalta Tremblay (1968:284) (sic), graças ao documento, pode-se operar um corte longitudinal que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, etc., bem como de sua gênese até os nossos dias (CELLARD, 2010, p. 295).

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica, a partir da consulta de obras pertinentes à discussão sobre a educação para as relações étnico-raciais e também a temática indígena na educação escolar, contribui para o conhecimento do tema ora em estudo por conceder validade acadêmica e científica para a discussão empreendida, visto que,

A principal finalidade da pesquisa bibliográfica é levar o pesquisador(a) a entrar em contato direto com obras, artigos ou documentos que tratem do tema em estudo [trazendo] a certeza de que as fontes a serem pesquisados já são reconhecidamente do domínio científico (OLIVEIRA, 2010, p. 69).

Por esses meios, com base em determinantes legais previstos na legislação brasileira atual e, em seguida, em referências sobre a temática estudada, procuraremos justificar a importância desta temática na formação de professores em História para o enfrentamento e a compreensão da diversidade étnica e cultural da sociedade brasileira.

Nosso intuito, neste sentido, é contribuir para uma formação docente mais densa e complexa, em busca da superação de preconceitos, estereótipos e visões enviesadas a respeito das populações indígenas. Procurando também vislumbrar caminhos transformadores da realidade formativa de professores em História para a educação escolar com relação à temática indígena, na última parte do texto apresentamos algumas propostas que as IES e os Cursos de Licenciatura nesta área podem implementar em seus currículos e práticas que contribuam para essa transformação.

2 As determinações legais para o estudo das questões étnico-raciais no Brasil

Já na Constituição Federal Brasileira encontra-se positivada a necessidade de se estudar a diversidade étnica e cultural formativa da sociedade brasileira através do conhecimento da história do Brasil, quando prescreve no Art. 242, parágrafo 1º

que “o ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro” (BRASIL, 2015, p. 70). Ainda no texto constitucional (Art. 215), a diversidade cultural da sociedade brasileira deve ser garantida pelo Estado, ao qual caberá “a proteção, a valorização e a difusão das diversas manifestações culturais que contribuíram para o processo civilizatório nacional” (BRASIL, 2015, p. 64-65).

De forma mais efetiva, com implicações na educação brasileira, visando implementar esses dispositivos constitucionais acima, foram tomadas medidas como as mudanças no texto da Lei nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2012), ocorridas em 2003 e em 2008, alterando artigos e parágrafos desta legislação e buscando a inclusão e valorização da temática multiétnica e cultural na educação escolar. Essas mudanças emergiram no bojo dos questionamentos realizados pelos movimentos sociais negro e indígena, que, desde o início dos anos 1980, iniciaram suas lutas contra o racismo, a marginalização e as diversas práticas de exclusão étnica e social.

Esses dispositivos legais instituídos pelo Estado brasileiro, nos últimos anos, reforçam a importância de condições pedagógicas, materiais e institucionais para a implementação da temática das relações étnico-raciais e, por conseguinte, das questões histórico e culturais indígenas, no processo de formação de professores de História ofertado pela licenciatura nesta área. Desta feita, atinente a essas determinações legais, a formação do professor de história poderá estar mais apta para algumas demandas específicas da educação escolar em sintonia com a realidade cultural e a sociodiversidade brasileira. A exposição apresentada por Fonseca (2009), a seguir, explicita que esses dispositivos legais buscam introduzir na escola e, em especial, no ensino da História, o reconhecimento do percurso histórico e cultural trilhado pelas populações negras, afrodescendentes e indígenas brasileiras:

No interior desse movimento, em 2003 foi sancionada pelo presidente da República a Lei Federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, determinando a obrigatoriedade, no currículo da rede de ensino, da inclusão da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira’ e outras providências. Em 2004, foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana [...] Essas proposições provocaram alterações na Lei Federal nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional –, com o acréscimo de dois artigos que se referem ao ensino de História, conforme descrito anteriormente. **O artigo ‘26-A’ trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura da África e Afro-Brasileira, e define ‘o que ensinar’, ‘o conteúdo programático’, ‘resgatando’ a importância do estudo da luta dos africanos e afro-brasileiros, da História e da cultura desses povos [...]** A Lei Federal nº 11.645, de 10 de março

de 2008, trouxe novas alterações na LDB e modificou a Lei Federal nº 10.639, determinando a obrigatoriedade da **inclusão dos estudos da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nos ensino fundamental e médio, públicos e privados** (FONSECA, 2009, p. 31–35, grifo nosso).

A inclusão desses dispositivos legais, pautando e orientando a política e prática educacional brasileira, representa um avanço significativo, enquanto política afirmativa nacional para o reconhecimento da diversidade étnica e cultural existente em nosso país. Por meio desta legislação, o Estado brasileiro reconhece a importância do combate ao preconceito e de todas as formas de discriminação étnico-racial como fatores que contribuem para a redução das desigualdades e formas de exploração social por meio de garantias legais do direito à educação, à igualdade racial e à diversidade (OLIVEIRA; MACHADO, 2013).

Consequentemente, “o desconhecimento da legislação por muitos profissionais do ensino, bem como a pouca discussão das diretrizes sobre a educação das relações étnico-raciais no ambiente escolar” (OLIVEIRA; MACHADO, 2013, p. 204) têm se constituído em um dos maiores desafios para a implementação dessas ações afirmativas previstas na legislação. No entanto, sua efetivação pode trazer enormes benefícios para a sociedade brasileira, visto que:

Sob o ponto de vista pedagógico, sua implantação poderá proporcionar uma visão positiva e afirmativa dos negros e dos indígenas como riqueza da nossa diversidade cultural e humana, bem como uma releitura da África e das culturas afro-brasileiras e indígenas nas escolas brasileiras que pode afetar e causar impacto na subjetividade do jovem brasileiro, saindo beneficiados todos os grupos étnico-raciais (OLIVEIRA; MACHADO, 2013, p. 205).

3 As determinações sociais e culturais: as imposições do real para a formação do professor de História

Na Educação Básica brasileira podemos encontrar visões e representações sobre as populações indígenas muitas vezes incompletas, quando não preconceituosas, estereotipadas e/ou desqualificadoras da sua importância e diversidade sociocultural para a formação do nosso país.

Nas escolas, no ensino disciplinar de História, em geral, tem-se a impressão de que as populações indígenas pertencem apenas ao passado brasileiro longínquo, quando é frequentemente enfatizada apenas a presença indígena na América antes dos europeus e o momento do “descobrimento” do Brasil. Silva (2015) expressa bem essa situação quando afirma que:

A partir da chegada dos portugueses ao continente americano, os indígenas ‘desaparecem’, e os alunos não fazem a mínima ideia do que teria ocorrido nos séculos seguintes com os diferentes grupos (bem como com seus descendentes) que habitavam as terras que viriam a se tornar o território brasileiro (SILVA, 2015, p. 21).

A maioria das sociedades indígenas aparece no discurso da história escolar sob dois enfoques. De um lado, os indígenas são considerados primitivos, atrasados, vivem nus, habitam ocas, são todos adoradores de Tupã, em muitos casos, antropófagos e concentram-se na região amazônica do país. Ou, então, por outro lado, são identificados com uma visão romanceada do “bom selvagem”, ingênuo e puro, modelo para a construção de uma sociedade pacífica e mais justa.

Tão forte quanto essas representações estereotipadas e superficiais sobre os indígenas com relação ao passado tem sido a ideia de que as populações indígenas “desapareceram” da sociedade brasileira na atualidade. Nas escolas, para muitos professores, os índios brasileiros estão extintos, ou em vias de extinção, pois numericamente seriam pouco representativos na população brasileira e, portanto, os poucos que restaram estão “aculturados”, pois vivem nos arredores de algumas cidades, usam celulares e se vestem como os “brancos”. Muitas pessoas e, lamentavelmente, muitos professores da Educação Básica, acreditam (e ensinam) que os grupos indígenas que vivem na atualidade são fisicamente e culturalmente iguais a seus antepassados no momento do encontro com os europeus, séculos atrás.

Isso demonstra que ainda impera na sociedade brasileira um desconhecimento sobre as populações indígenas em seus vários aspectos constitutivos, mesmo esses grupos estando presentes em várias partes do país, pois,

A respeito das sociedades nativas na atualidade, sabe-se que pertencem a diferentes famílias e troncos linguísticos e formam um contingente populacional de quase 900 mil indivíduos autodeclarados, de acordo com o último censo realizado no país, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 (SILVA, 2015, p. 22).

Além dessa dimensão numérica expressiva, e em ascensão, importa frisar que culturalmente esses grupos indígenas falam mais de 200 línguas distribuídas em quase 300 sociedades, que ocupam mais de 13% do território nacional. É bem verdade que a maioria dessas sociedades se concentra na região amazônica, no entanto, são bastante representativas as comunidades indígenas nas regiões Centro-Sul e Nordeste brasileiras. Segundo Dantas (2015), cerca de 233 mil pessoas se autodeclararam índios no Nordeste, de acordo com dados do IBGE em 2010, o que corresponde a quase 26% da população indígena brasileira, visto que,

Essa situação se explica, principalmente, devido ao aumento do número de indivíduos que se reconhecem como indígenas e que assim são identificados pelo grupo no qual estão inseridos. Esse crescimento demográfico em pleno século XXI contrasta com o discurso sobre o desaparecimento da população indígena no Nordeste, construído em finais do século XIX (DANTAS, 2015, p. 81).

A expressividade das populações indígenas também pode ser encontrada em Pernambuco na atualidade, por exemplo, demonstrando, assim, a diversidade cultural e a importância demográfica dessas comunidades neste estado da federação. São mais de 40 mil pessoas que se autodeclaram indígenas, residentes em diferentes municípios das regiões Agreste e Sertão pernambucano, distribuídos entre populações das etnias Fulni-ô, Xucuru do Ourubá, Kapinawá, Atikum, Tuxá, Pankararu, Truká, Pankará, Pankawiká e Kambiwá Pipipã.

Esse contexto descrito acima só reforça a existência de uma diversidade étnico-cultural entre as próprias populações indígenas e como elas estão presentes na contemporaneidade social, cultural e espacial brasileira. A presença dessas populações indígenas tem contribuído para uma maior organização social dessas comunidades na busca pelo fortalecimento do movimento indígena, que, através de mobilizações e fóruns de discussão, tem procurado intensificar o reconhecimento étnico, a luta pela demarcação das suas terras tradicionais e a defesa dos seus direitos e garantias constitucionais. A mobilização indígena também demanda do Estado, e, por conseguinte, da sociedade brasileira políticas públicas de valorização étnico-cultural e o atendimento de necessidades sociais de saúde, educação, conservação e promoção cultural diferenciadas.

Edson Silva (2009) ressalta que o desconhecimento generalizado que campeia nas populações indígenas brasileiras tem diferentes vertentes culturais e históricas, manifestadas desde a imagem veiculada pela grande mídia sobre os índios, passando pela literatura romântica, até as imagens apresentadas nas Universidades e escolas em geral:

O desconhecimento sobre a situação atual dos povos indígenas está associado basicamente à imagem do índio que é tradicionalmente veiculada pela mídia: um índio genérico com um biotipo formado por características correspondentes aos indivíduos de povos nativos habitantes na Região Amazônica e no Xingu, com cabelos lisos, pinturas corporais e abundantes adereços de penas, nus, moradores de florestas, de culturas exóticas, etc. Ou também imortalizados pela literatura romântica produzida no século XIX, como nos livros de José de Alencar, onde são apresentados índios belos e ingênuos, ou valentes guerreiros e ameaçadores canibais [...]. Ainda nas universidades, de um modo geral, o índio é lembrado, afora o primeiro momento do “Descobrimento” em 1500, no início da Colonização. E nas escolas, no rosário das datas comemorativas, quando no “Dia do Índio” comumente as crianças,

das primeiras séries do Ensino Fundamental, são enfeitadas e pintadas à semelhança de indígenas que habitam os Estados Unidos, e estimulados a reproduzirem seus gritos de guerra (SILVA, 2009, *on line*).

Dessa forma, diante da variedade e das possibilidades de promoção, reconhecimento, valorização e compreensão do estudo da História e Cultura Indígenas, procuramos, a seguir, apontar algumas contribuições para a formação docente em História, desejando intensificar estratégias educacionais e sociais que contribuam para o fortalecimento de uma Educação Superior que valorize e aborde as relações étnico-raciais. Promover, através da implementação dessas práticas na Licenciatura em História, o respeito às minorias étnicas e às diferenças e diversidades sociais na formação e consolidação da sociedade brasileira e, sobretudo, contribuir para mudanças significativas nas práticas pedagógicas e nas concepções e atuações dos futuros docentes da Educação Básica com relação às questões indígenas.

4 Contribuições para o estudo da história e da cultura dos povos indígenas para a formação em Licenciatura em História: encaminhamentos para as mudanças

Consideramos oportuno propor algumas ações e estratégias a serem empregadas na Licenciatura em História que podem contribuir para a formação docente, estimulando e desenvolvendo o conhecimento e o debate sobre práticas pedagógicas a respeito da educação acerca das relações étnico-Raciais e em especial, da história e da cultura indígenas para a Educação Básica.

Ressaltamos, primeiramente, que, em muitos casos, a formação inicial do professor vivenciada na atualidade não oferece preparo adequado para lidar com novos componentes curriculares e metodológicos, como a temática das relações étnico-raciais.

Os futuros professores e professoras [...] devem estar preparados para entender as transformações que vão surgindo nos diferentes campos e para ser receptivos e abertos a concepções pluralistas, capazes de adequar suas atuações às necessidades dos alunos e alunas em cada época e contexto (IMBERNÓN, 2010, p. 64).

Em história escolar, a temática “Educação para as Relações Étnico-Raciais” é recente, fruto de uma ampliação dos direitos civis e sociais dos afrodescendentes e indígenas brasileiros, reflexo este, por sua vez, das mobilizações e das reivindicações desses grupos sociais por maior participação política e reconhecimento de suas nuances históricas, identitárias e culturais, há várias décadas. De forma que,

como na observação de Imbernón, cresce a necessidade de formar professores e, nesse caso, de docentes em História, condizentes com o enfrentamento de novas demandas e questões sociais e culturais que envolvem e perpassam a realidade escolar e, como tal, do ensino de novas e emergentes temáticas curriculares, como são as questões indígenas em nossa época.

Essa formação, que confere o conhecimento profissional básico, deve permitir trabalhar em uma educação do futuro, o que torna necessário repensar tanto os conteúdos da formação como a metodologia com que estes são transmitidos, já que o modelo aplicado [...] pelos formadores dos professores atua também como uma espécie de “currículo oculto” da metodologia (IMBERNÓN, 2010, p. 65).

A temática da História e Cultura Indígenas no ensino de história escolar insere-se nesta mudança curricular e pedagógica imposta por essa “educação do futuro”, como nos alerta Imbernón (2010). Os cursos de Licenciatura em História, dessa forma, assumem um papel determinante na preparação docente para a atuação profissional com esta temática, refletindo, assim, as exigências de novos currículos para a profissionalização dos futuros professores de História. Acreditamos que a discussão e a inclusão das temáticas étnico-raciais e, em especial, da questão indígena na formação de professores de História, instrumentalizaria esse profissional docente à percepção das ideologias e estereótipos disseminados pela mídia e pelos diferentes materiais didáticos disponíveis e, assim, poderá colaborar para “desmitificar valores particulares que os currículos escolares e os discursos sociais tentam tornar gerais ou hegemônicos”, sobretudo a respeito das temáticas étnico-raciais (DUPRET; VIEIRA, 2013, p. 51).

Apontar contribuições para essa formação docente em História, contudo, não é tarefa fácil. A partir das pesquisas e da experiência de alguns professores/pesquisadores na nomeada Nova História Indígena e a relação desta com a formação e prática pedagógica de professores de História na/para a Educação Básica (SILVA, 2009; SILVA, 2015; OLIVEIRA; FREIRE, 2006; WITTMANN, 2015; FUNARI; PIÑON, 2011; SILVA; GRUPIONI, 1995, entre outros), bem como a partir das Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2010), sugerimos algumas possibilidades de contribuições, as quais apresentamos a seguir.

Primeiramente, ressaltamos que as IES devem procurar responder aos desafios que se apresentam para a educação das relações étnico-raciais a partir da aplicação da legislação em vigor no país, neste momento. As IES, neste sentido, são impelidas a buscar combater todas as formas de racismo, preconceitos e discriminações e, por isso, devem procurar construir

Estratégias educacionais que visem a uma pedagogia anti-racista (sic) e em defesa à diversidade – promotora da igualdade racial – como tarefa de todos(as) os(as) educadores(as), independente do seu pertencimento étnico-racial. Para que a educação anti-racista se concretize, é preciso considerar que o exercício profissional depende de ações individuais, coletivas, dos movimentos organizados e também das políticas públicas; assim como das ações da IES (BRASIL, 2010, p. 123-124).

Assim, os cursos de Licenciatura em História, podem procurar a reelaboração das suas estruturas curriculares, tanto nas atividades especificamente acadêmicas (disciplinas, módulos, estágios supervisionados etc.) quanto nas atividades específicas (seminários, simpósios, encontros pedagógicos, visitas técnicas etc.), buscando aprofundar o tratamento de temáticas étnico-raciais e, em especial, das questões indígenas no processo de formação inicial dos docentes em História.

Por conseguinte, as IES podem procurar qualificar seus docentes atuantes na Licenciatura em História – e, nas demais licenciaturas também, como processo formativo eminentemente universitário – para o conhecimento das relações étnico-raciais, estimulando leituras, pesquisas e produções sobre esta temática, possibilitando o incremento de saberes específicos e educativos que contribuiriam para práticas pedagógicas afirmativas e socialmente equalizantes. A orientação pedagógica e a formação continuada em serviço – através de seminários temáticos, *workshops*, oficinas didáticas, entre outras possibilidades –, para os docentes de Licenciatura em História, deve ser encarada como parte integrante da qualificação docente continuada para o exercício na Educação Superior do estudo das temáticas étnico-raciais e, em especial, da história e da cultura indígenas na formação de professores de História.

Ainda como ação pedagógica oportuna, propomos que inclusão curricular do estudo da História e Cultura dos Povos Indígenas nos cursos de Licenciatura em História, com conteúdo, procedimentos, metodologias e técnicas, de forma científica e pedagógica, seja uma realidade institucional, com o aprofundamento de conhecimentos e práticas específicas e a valorização desta temática. Contudo, essa inclusão, apesar de presente já em muitas licenciaturas em História nas IES pelo nosso país, corre o risco de ser vista como um “inchaço curricular”, ou mesmo “uma disciplina a mais” a ser cursada pelos discentes. Na superação dessa lógica, nossa proposta consiste em incluir a temática indígena apresentada em diferentes temporalidades históricas, em diversas disciplinas, tais como História da América, História dos Período Colonial e História Imperial do Brasil, História Regional, História da Arte e História da Cultura, entre tantas outras possíveis. Ou seja, diversos componentes curriculares podem apresentar unidades temáticas que abordem aspectos da organização social, das relações econômicas, das manifestações artís-

ticas e da dimensão demográfica das diversas populações ameríndias e indígenas brasileiras, nos períodos pré-colombiano, colonial e na contemporaneidade.

A habilidade e a capacidade de produzir materiais didáticos para a vivência das suas atividades disciplinares nem sempre estão presentes nas licenciaturas em História. Apesar de complexa em muitos casos – por esbarrar em questões orçamentárias e/ou técnicas –, estimular a produção desses materiais específicos para a temática da educação das relações étnico-raciais e das questões indígenas, em particular, pode vir a ser uma prática salutar nas IES. Embora ainda pouco expressivos no mercado, identificar, distribuir e incentivar a produção de recursos didáticos específicos, disponibilizando também o acesso destes materiais para todos os estudantes e, se possível, para a comunidade do entorno na instituição, sob orientação e supervisão pedagógica dos docentes, podem contribuir para aprimorar o estudo das diversas questões étnico-raciais.

A formação continuada e a qualificação docente nas temáticas étnico-raciais, por vezes, encontram-se fora da IES de atuação do professor da Licenciatura em História. Dessa forma, “estimular e apoiar professores/as que possuam interesses em aprofundar, através de cursos de pós-graduação, os estudos sobre os povos indígenas” (SILVA, 2009, *on line*) constituem-se em uma estratégia exitosa fomentadora de práticas pedagógicas inovadoras e aprofundamento teórico-metodológico para superar o desconhecimento e as visões estereotipadas sobre as populações indígenas na formação de educadores em História.

Ainda como estratégia metodológica para ampliar as possibilidades formativas dos futuros docentes, os cursos de Licenciatura em História poderiam promover intercâmbios entre os indígenas e os estudantes de graduação, através de visitas-técnicas guiadas – as chamadas aulas de campo – às comunidades indígenas, atividades extensionistas e de pesquisa etnográfica, assim como a vinda dos índios às IES, para palestras, conferências, aulas-temáticas, encontros pedagógicos, roda de diálogos, festividades e colóquios artísticos-culturais, entre outras atividades.

Enfim, propomos enfatizar, em todas as disciplinas curriculares e atividades da Licenciatura em História, discussões pautadas na diversidade cultural, étnica, espacial e social, reafirmando e ressaltando os direitos e garantias constitucionais dos povos indígenas como estratégia formativa para a defesa do Brasil como um país pluriétnico e socialmente diverso. A gestão institucional, as coordenações dos cursos e os próprios docentes podem incrementar e estimular projetos de pesquisa coletivos e individuais de iniciação científica, atividades de extensão com a participação das comunidades indígenas, eventos científicos e culturais sobre temáticas étnico-raciais

e práticas curriculares e didáticas buscando uma formação do professor de História mais complexa e abrangente sobre temáticas anteriormente negadas ou silenciadas.

Ao lado de outros cursos de licenciatura (Letras e Literatura, Ciências Sociais, Antropologia, Pedagogia, Artes etc.), a Licenciatura em História pode investir em um núcleo de discussão docente sobre temáticas étnico-raciais na Educação Superior. Essa prática, multidisciplinar por definição, pode fomentar projetos e ações interdisciplinares nos cursos de graduação, dialogando entre saberes epistemológica e metodologicamente diversos. Dessas discussões, os futuros professores oriundos da Licenciatura em História e, por conseguinte, dos demais cursos podem emergir projetos, ideias e planos que contribuam para a formação docente para atuação na educação escolar básica que valorize a educação para as relações étnico-raciais e as questões da história e da cultura indígenas.

5 Algumas considerações para finalizar

Muitos aspectos da estrutura pedagógica, curricular e didática das licenciaturas em História podem (e devem) ser abordadas, aperfeiçoadas, transformados ou incluídas para fomentar a educação para as relações étnico-raciais e a temática indígena neste processo de formação profissional. Como defendem diversos pesquisadores, abordar esta temática no processo de formação docente – ressaltando as contribuições recentes de diversos campos de conhecimento, como a Antropologia, a História e a Arqueologia –, apesar de tarefa difícil e complexa, é apresentar, repercutir e demonstrar o protagonismo das populações indígenas na constituição da cultura e da sociedade brasileira:

Hoje, em conjunturas favoráveis, tanto do ponto de vista político (propiciado pelos movimentos indígenas e pelos direitos garantidos com a Constituição de 1988), quanto intelectual (propiciado pelas novas abordagens teóricas e conceituais da história e da antropologia), inúmeros grupos indígenas reaparecem no cenário político e na história do Brasil [...] Há ainda muitas histórias de índios para se escrever e contar e há, principalmente, muito o que repensar sobre as histórias regionais e do Brasil, quando se reconhece os índios como sujeitos dos processos nos quais se inserem (ALMEIDA, 2010, p. 159-160).

Considerando as diversas possibilidades para o processo formativo dos futuros docentes provenientes da Licenciatura em História, a tomada da consciência da importância do estudo da história e da cultura indígenas – que pode vir a ser expressa em mudanças curriculares e didáticas a serem adotadas pelas Instituições de Educação Superior – consiste em uma significativa contribuição educacio-

nal na superação dos preconceitos, discriminações, racismos e de toda forma de segregação social, ainda tão visíveis na sociedade brasileira.

Referências

- ALMEIDA, M. R. C. de. *Os índios na história do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais*. Brasília, DF: SECAD, 2010.
- BRASIL. Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.
- BRASIL. *Constituição [1988] da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, Secretaria de Editoração e Publicações, 2015.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, Jean; et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2010. p. 295–316.
- DANTAS, M. A. Identidades Indígenas no Nordeste. In: WITTMANN, L. T. (Org.). *Ensino (d)e história indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 81–115.
- DUPRET, L.; VIEIRA, C. Lei 10.639/03 e formação de profissionais da educação: práticas pedagógicas, construções subjetivas e impactos de mercado. In: CARVALHO, C. R. de; NOGUERA, R.; SALES, S. R. (Org.). *Relações étnico-raciais e educação: contextos, práticas e pesquisas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013. p. 49–62.
- IMBERNÓN, F. *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- FUNARI, P. P.; PIÑON, A. *A temática indígena na escola: subsídios para professores*. São Paulo: Contexto, 2011.
- FONSECA, S. G. *Fazer e ensinar história*. Belo Horizonte: Dimensão, 2009.
- OLIVEIRA, J. P. de; FREIRE, C. A. da R. *A presença indígena na formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, SECAD, UNESCO, 2006.
- OLIVEIRA, M. M. de. *Como fazer pesquisa qualitativa*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- OLIVEIRA, O. F. de; MACHADO, E. A. Ação afirmativa como política de estado no Brasil: considerações sobre a obrigatoriedade do ensino de histórias e culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas na educação básica. In: CARVALHO, C. R. de; NOGUERA, R.; SALES, S. R. (Org.). *Relações étnico-raciais e educação: contextos, práticas e pesquisas*. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2013. p. 195–207.

SILVA, A. L. da; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília, DF: MEC; São Paulo: MARI, USP, 1995.

SILVA, E. H. *Os povos indígenas na sala de aula*. Recife: Blog Gominhos de História, 2009. Disponível em: <<http://gominhosdehistoria.blogspot.com.br/2009/03/os-povos-indigenas-em-sala-de-aula.html>>. Acesso em 02 abr. 2017.

SILVA, G. J. da. Ensino de História Indígena. In: WITTMANN, L. T. (Org.). *Ensino (d)e história indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015. p. 21–46.

WITTMANN, L. T. (Org.). *Ensino (d)e História Indígena*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Submissão em: 14-08-2017

Aprovação em: 01-11-2017